



PARECER ÚNICO Nº 0834261/2016 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 00445/2001/008/2015	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação – LP+LI “Ampliação”	VALIDADE DA LICENÇA: 06 anos	

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS: Não há	PA COPAM: -	SITUAÇÃO: -
---	-----------------------	-----------------------

EMPREENDEDOR: Francisco Xavier Vilela de Faria – ME	CNPJ: 00.836.889/0001-41	
EMPREENDIMENTO: Francisco Xavier Vilela de Faria – ME	CNPJ: 00.836.889/0001-41	
MUNICÍPIO: São José da Barra	ZONA: Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): SAD 69 LAT/Y -20° 42' 06,7" LONG/X -46° 17' 16,6"		
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
BACIA FEDERAL: Rio Paraná	BACIA ESTADUAL: Rio Grande	
UPGRH: GD7 – Médio Rio Grande	SUB-BACIA: Córrego da Laje	
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE
A-02-06-2	Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento	5
A-05-04-6	Pilha de estéril/rejeito	3
A-05-05-3	Estradas para transporte de minérios/estéril	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Eustáquio Pires Vitória (Eng. Minas) Rafael Thiago do Carmo (Biólogo) Felipe Silva Rodrigues Pena (Biólogo) Rosana Aparecida de Castro (Geógrafa)		REGISTRO: CREA-MG 22.333/D CRBio 049309/04-D CRBio 057246/04-D CREA-MG 152251
RELATÓRIO DE VISTORIA: 121/2015		DATA: 21/09/2015

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Rogério Junqueira Maciel Vilela – Analista Ambiental	1.199.056-1	
Fabiano do Prado Olegário – Analista Ambiental de formação jurídica	1.196.883-1	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Diretor Regional de Apoio Técnico	1.147.680-1	
De acordo: Anderson Ramiro Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1.051.539-3	



1. Introdução

No dia 19/08/2015 foi formalizado na SUPRAM-SM o processo 00445/2001/008/2015 referente à Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP + LI) “ampliação”, solicitada por **Francisco Xavier Vilela de Faria – ME**, para a atividade de Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento (quartzito), Pilha de estéril/rejeito e Estradas para transporte de minérios/estéril, localizadas na fazenda Água Limpa, serra Juca Leandro, zona rural do município de São José da Barra/MG.

A atividade principal, de código A-02-06-2 conforme DN Copam nº 74/2004, possui potencial poluidor/degradador geral **médio** e porte **grande**, configurando-se como empreendimento **classe 5**. A pilha de rejeitos, com área útil até 5,0 ha, possui enquadramento **classe 3**, e as estradas para transporte de minérios/estéril, **classe 1**.

Possui declaração de conformidade emitida pela prefeitura em 27/03/2015, inscrição do imóvel rural no CAR, cujo cadastro foi realizado em 09/04/2015 através da matrícula nº 5.393 com área líquida de 4,8440 hectares.

O empreendimento possui inscrição no Cadastro Técnico Federal sob o número de registro 27200 e apresenta Certificado de Regularidade válido conforme consulta realizada em 29/07/2016.

Possui ainda contrato de prestação de serviços com empresa especializada em detonações com explosivos de rochas, com autorização válida do Ministério da Defesa.

Foi realizada vistoria ao empreendimento em 21/09/2015, conforme relatório de vistoria nº 121/2015.

A responsabilidade técnica pela elaboração dos estudos ambientais apresentados (EIA/RIMA/PCA) é do Engenheiro de Minas Eustáquio Pires Vitória, CREA-MG 22.333/D, ART 14201500000002621577.

Ressalta-se que as recomendações técnicas para a implementação das medidas mitigadoras e demais informações técnicas e legais foram apresentadas nos estudos. Quando as mesmas forem sugeridas pela equipe interdisciplinar ficará explícito no parecer: “A SUPRAM Sul de Minas recomenda/determina”.

2. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento está instalado na serra Juca Leandro, nas proximidades do reservatório de Furnas e a 5 km da cidade de São José da Barra, conforme mostra a Figura 1. Tem como atividade principal a exploração de quartzito e como atividade secundária a comercialização de rejeitos britados.

O processo minerário nº 830.230/2001 foi registrado em 16/02/2001 para pesquisa de quartzito em uma área de 19 ha. O alvará de pesquisa foi emitido pelo DNPM em 29/08/2001. Em 11/10/2010 foi solicitada redução da área para 15,75 ha. O Plano de Aproveitamento Econômico – PAE foi protocolado junto ao DNPM em 27/10/2011, o qual foi aprovado em 04/11/2014 com exigência de apresentação de Licença de Instalação para que seja concedida a Portaria de Lavra.



Desde 26/12/2006 o empreendimento vem operando por meio de Guias de Utilização e Licenças Ambientais (LOP) e atualmente AAF nº 06961/2013 (PA 00445/2001/007/2015) válida até 04/12/2017. Possui já regularizada uma produção de 1.500 m³/ano, uma estrada de 0,5 km e pilhas de rejeito de 3 ha. O projeto ora apresentado prevê a ampliação na produção para até 21.600 m³/ano. No entanto, não serão necessárias abertura de novas frentes de lavra, estradas de serviço ou mesmo pilhas de rejeito. Desse modo, serão mantidos os atuais limites de trabalho e não ocorrerão novas supressões de vegetação.



Figura 1 - Imagem aérea da região do empreendimento

O empreendimento se encontra rodeado por pastagens e campos rupestres, tendo sua área de reserva legal localizada nas imediações da área de mineração, conforme mostra a Figura 2.



Figura 2 - Planta de uso e ocupação do solo

Método de Lavra

A lavra é realizada a céu aberto em uma área de aproximadamente 1,4 ha. Ocorre em um único banco de lavra com extensão aproximada de 80 x 170 metros.

O corte da rocha acontece no sentido norte-sul. A extração se dá por meio de alavancas, talhadeiras, marretas e cunhas. Para deslocamento dos blocos mais duros são utilizados explosivos de baixa densidade a base de nitrato de amônia. O material extraído é selecionado e esquadrejado. As aparas de rocha são armazenadas nas praças e comercializadas.



A jazida apresenta um quartzito com características satisfatórias em relação à dureza, clivagem e elasticidade. Possui cor creme predominante, com matizes de creme escuro, tons avermelhados, castanhos e cinzas.

Disposição de Estéril e Rejeito

O material estéril/rejeito, composto por cacos de rocha, matacões, veios de rochas alteradas e a própria camada de solo que recobre a jazida, representa cerca de 85% de todo material extraído, e são depositados de forma ascendente em pilhas, formando bancadas sucessivas com altura média variando de 8 e 12 metros, e bermas de 4 metros. As pilhas de rejeito estão localizadas a jusante da área de lavra, ocupando uma área de 1,3 ha, com um volume de aproximadamente 525.400 m³.

Maquinário e Transporte

O maquinário utilizado inclui 2 pás-carregadeiras, 1 escavadeira hidráulica, 3 caminhões basculantes, 1 ônibus, 1 caminhonete, 1 compressor portátil, 2 marteletes e ferramentas manuais como enxadas, carrinhos de mão, alavancas, picaretas, pás, marretas de 3kg e cunhas feitas de mola de caminhão.

Uma pá carregadeira e um trator de esteira removem a camada de solo orgânico, com espessura de cerca de 50 cm, a qual é armazenada para posterior recobrimento das pilhas de rejeito. A camada de quartzito alterado, que varia de 4 a 7 metros, é removida por escavadeira e transportada até as pilhas de rejeito por caminhões basculantes.

O maquinário recebe manutenção na cidade de São José da Barra. Já seu abastecimento ocorre no próprio empreendimento por meio de caminhão tanque, em local onde o piso foi impermeabilizado com a proteção das laterais através de canaletas e caixa receptora de óleos e graxas.

O transporte externo dos produtos é realizado pelo empreendedor ou por terceiros, que os destinam às serrarias localizadas na cidade de Alpinópolis.

Escoamento de Águas Pluviais

Nas estradas com declividades suaves a drenagem é realizada por meio de escoamentos laterais que permitem a dissipação de energia das águas sem gerar erosão. Alguns trechos possuem bacias de contenção de finos – sumps.

Na área da cava as águas são direcionadas para pequenas bacias de decantação, preferencialmente aproveitando bancos de extração temporariamente abandonados. Foi observada a existência de uma “piscina” de acumulação de água pluvial, a qual é utilizada para umidificação das vias internas e na atividade de britagem.

Não há presença de muros de contenção de finos na base das pilhas de rejeito. No entanto, não foi observada a existência de material fino carregado em seu entorno.



Beneficiamento

O empreendimento conta com 02 unidades de britagem que geram um subproduto, reduzindo o lançamento na pilha de rejeitos. Este subproduto britado é destinado à manutenção das estradas vicinais da região, sendo adquirido por prefeituras e proprietários rurais.

Estas unidades são acionadas por energia elétrica trifásica fornecida pela CEMIG, com capacidade instalada de 90 KWA. Uma unidade produz bica corrida (rocha quartzítica britada, pedrisco e pó de pedra, sem graduação definida, obtida diretamente do britador, sem separação por peneiração). Outra unidade produz brita graduada na faixa (3", 2", 1" e pedrisco).

A unidade de bica corrida é composta por um alimentador vibratório, um britador de mandíbula e um transportador de correia de 18" por 18m de comprimento. A unidade de bica graduada é composta por alimentador vibratório, um britador de mandíbula, uma peneira vibratória e quatro transportadores de correia, sendo um de 18" por 18m e três de 16" por 8m de comprimento.

A produção atual é de aproximadamente 1.540 m³/mês, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Brita utilizada na construção civil

TIPO	BRITA 3	BRITA 2	BRITA 1	BRITA 0	BICA CORRIDA
Faixa	1 3/4" > B3 > 1 1/4"	1 1/4" > B2 > 3/4"	3/4" > B1 > 3/8"	3/8" > B0 > 1/8"	1/8" > BC
Produção	450 m ³ /mês	450 m ³ /mês	240 m ³ /mês	110 m ³ /mês	290 m ³ /mês

A tabela 2 apresenta os equipamentos utilizados nas unidades de britagem.

Tabela 2 - Equipamentos empregados no beneficiamento

Equipamentos de Britagem	Características
01 Alimentador	Marca MAQBRITE Modelo AV 27070
01 Britador	Marca PIACENTINI Modelo 4025 e 4828
01 Peneira; 03 Decks	Marca MAQBRITE Cap. 2,80 x 1,50
02 Transportadores de Correia 18"	18 m
03 Transportadores de Correia 16"	8 m

Funcionamento, Mão de Obra e Instalações

O empreendimento opera em turno único, de 7h às 11h e 13h às 17h (segunda a sexta) e das 7h às 11h (sábados), perfazendo 44h semanais. Após a concessão da pleiteada licença a empresa contará com 29 funcionários, distribuídos conforme a tabela 3.



Tabela 3 - Distribuição dos funcionários no empreendimento

Local de Trabalho	Função	Nº. de Funcionários
Mina	Encarregado	01
"	Operador de Escavadeira	01
Mina/Britagem	Operador de Carregadeira	01
Mina	Motorista Caminhão Caçamba	02
"	Extratores de Pedras	22
Britagem	Operador de Painei	01
"	Auxiliar de Britagem	01
Total		29

Há um alojamento de alvenaria próximo ao acesso principal da lavra. Possui cozinha, cantina, escritório e banheiros, para os quais foi instalado sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio.

3. Caracterização Ambiental

A área do empreendimento está inserida a meia encosta da serra Juca Leandro, porção nordeste do município de São Jose da Barra. Do ponto de vista ambiental a região se encontra com baixo grau de pressão antrópica, uma vez que o relevo e o solo predominante desestimulam qualquer tipo de atividade agropecuária, prevalecendo somente a beleza cênica devido a altitude, acima de 1.050 m. Nas partes menos elevadas da área, devido à proximidade com a área urbana do município, a pressão antrópica já é mais acentuada, com a presença de pequenos agricultores rurais adaptados a agricultura familiar e pequenas criações de gado.

Geologia

A geologia local se resume ao pacote de quartzito plaqueado, pertencente à Unidade Passos, do Complexo Furnas, do Projeto Mantiqueira-Furnas e correspondendo a Formação Guarita do Grupo Canastra, do Projeto RADAMBRASIL. Este quartzito possui uma cor esbranquiçada, com tons de cremes a levemente rosados, granulação fina, foliada e soltando placas milimétricas a centimétricas, constituídas por grãos de quartzo, com alguma orientação e palhetas de moscovita disposta em lâminas.

Ao longo da foliação é muito comum aparecer manchas escuras principalmente detritos de óxido de ferro/manganês, ou pseudofósseis. Estes quartzitos são muito diaclasados e apresentam deslocamento à foliação, caracterizando uma importância econômica, facilitando o trabalho de extração das placas.

Geomorfologia

A região está sob o domínio geomorfológico de relevo acidentado, representado pela Serra do Juca Leandro, com altitudes atingindo valores acima de 1.000 metros. As vertentes apresentam perfis convexos e declividades superiores a 20%. A área em estudo tem cotas mais altas na parte noroeste com medidas acima de 1.000 metros e as mais baixas em torno de 830 metros. A serra tem um relevo devido a sub-horizontalidade e/ou mergulho fracos da foliação dos quartzitos.



Solos

Predomina na área o litossolo, o qual aparece geralmente em solos rasos que ocupam relevos que variam de forte-ondulados a montanhoso e relacionados aos afloramentos rochosos. São solos morfológicamente muito simples e de fraca aptidão cultural, quase sempre pobres em matéria orgânica dada a sua diminuta espessura.

Clima

A região do empreendimento apresenta clima quente, inverno seco e verão morno e chuvoso, características das zonas intertropicais, mas com uma forte influência do fator altitude que ameniza as temperaturas máximas, colaborando para o predomínio de temperaturas não muito elevadas e estações chuvosas e secas bem delimitadas.

Recursos Hídricos

Dentro da área em estudo não há curso d'água de caráter perene; apenas drenagens com fluxos intermitentes que dão vazão as águas pluviais que caem principalmente no verão. A jusante da área em estudo, porção sudeste, passa o córrego da Laje, que deságua no rio Cancã, a 8 Km da área, que por sua vez deságua no rio Grande.

Em termos hidrogeológicos, particularmente nos limites da área, observa-se que as litologias locais apresentam uma textura fina e grau de coesão e compacidade tais que a rocha apresenta baixas condições de permeabilidade. O potencial como aquífero destas litologias é bastante limitado, principalmente por ocuparem cotas altimétricas mais elevadas na topografia. As águas destes sistemas têm teor médio de sólidos dissolvidos e pH ácido.

Potencial Espeleológico

O levantamento do potencial espeleológico foi realizado com visitas a campo na Área Diretamente Afetada – ADA, em fevereiro de 2015, e por meio de pesquisa bibliográfica. Não foram identificadas cavidades naturais subterrâneas na área de estudo.

Áreas de Influência do Empreendimento

Para os estudos ambientais as áreas de influência foram classificadas em Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII), admitindo-se para tanto critérios físicos, bióticos e socioeconômicos.

A Área Diretamente Afetada (ADA) corresponde a toda superfície que sofre intervenção com a implantação e operação do empreendimento, como a áreas de lavra, apoio, acessos e da pilha de rejeitos. A Área de Influência Direta (AID) contempla a ADA e seu entorno imediato, como a área de reserva legal e acessos. A Área de Influência Indireta (AII) abrange a bacia do córrego das Lajes e se estende até a cidade de São José da Barra. A Figura 3 ilustra as áreas de influência mencionadas.

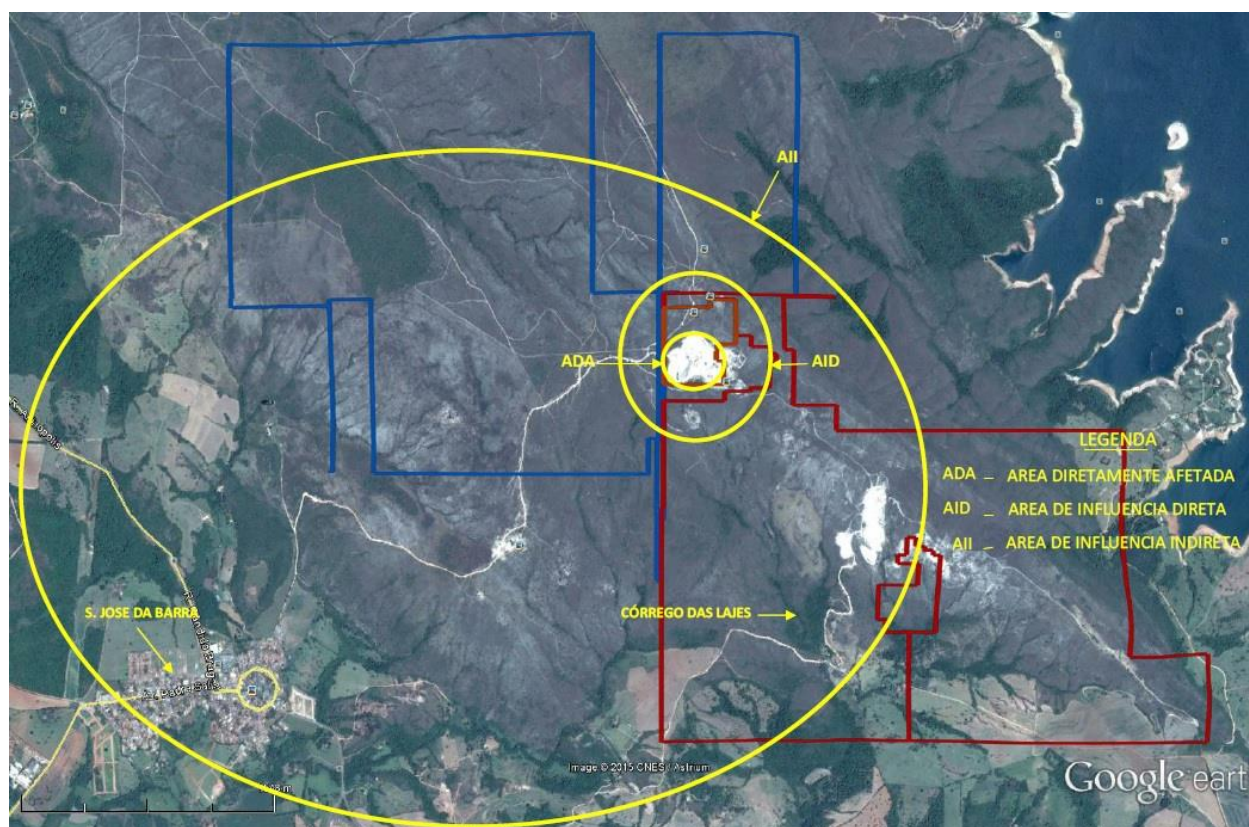


Figura 3 - Áreas de influência do empreendimento

Meio Biótico

A área de estudo se encontra na bacia do Alto Rio Grande e nos domínios do bioma Cerrado, porém em forte contato com o bioma Mata Atlântica. A região apresenta grande pressão antrópica, relacionada principalmente às atividades de exploração mineral e agrárias, o que fez com que as formações vegetais sofressem algum tipo de alteração e surgissem, ou se intensificassem, problemas como processos erosivos, assoreamento de corpos d'água, poluição hídrica e desequilíbrio na fauna e flora locais.

Flora

A avaliação da cobertura vegetal da área de estudo ocorreu entre os dias 4 e 5 de abril de 2015 e teve como objetivo permitir uma abordagem qualitativa da cobertura vegetal campestre presente em toda a propriedade. Para tal, foram realizadas análises do ponto de vista florístico e fitofisionômico. A paisagem local é bastante irregular e as cotas altitudinais variam intensamente, possibilitando diferenças de substratos que favorecem o desenvolvimento de diferentes fitofisionomias e refletem na estrutura das comunidades e na composição florística de cada uma delas.

Originalmente, nas partes mais baixas do relevo, onde solo é mais profundo e as condições edáficas e microclimáticas permitem o estabelecimento de vegetação de grande porte, haviam remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual; já nos topos de morro e encostas mais íngremes o solo raso e pobre restringe o porte da vegetação, composta por campos sujos, campos rupestres e matas de candeia. No entanto, a maior parte da área de estudo apresenta solo exposto, originado da antiga exploração mineral

que ocorreu no local, tendo em seu entorno uma vegetação de estrato herbáceo-arbustivo (campo sujo) em contato com áreas de campo rupestre quartzítico, como pode ser visto na Figura 4.

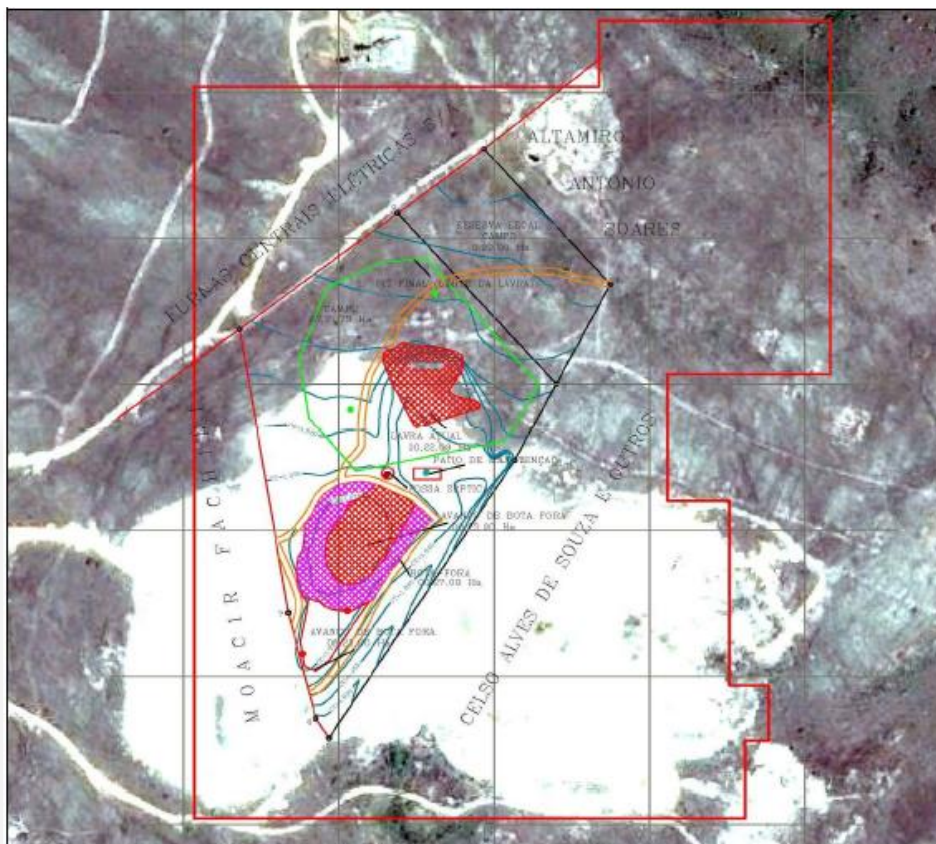


Figura 4 - Delimitação da área do DNPM em vermelho e da propriedade e sua reserva legal em preto

A área de estudo apresenta campos rupestres em estágio médio de regeneração, com fortes sinais de antropização, originados pela exploração mineral do passado e pela ação de fogo. Nesses ambientes a vegetação é composta principalmente por gramíneas como *Loudetiopsis chrysothrix* e *Bulbostylis paradoxa* associados a espécies herbáceas (*Mandevilla tenuifolia*, *Cambessedesia hilariana* e *Doryopteris sp.*) e arbustivas (*Vellozia sp.* e *Tibouchina heteromalla*) além de isolados indivíduos arbóreos de *Vochysia thyrsoidea* e *Eremanthus elaeagnus*.

O estudo florístico identificou 36 espécies da flora, distribuídas em 21 famílias. A família mais representativa foi *Melastomataceae* com cinco espécies, seguida por *Poaceae* com quatro e *Asteraceae* com três espécies. Em relação ao porte, foram registradas três espécies arbóreas (8,3%), cinco arbustivas (13,8%), 27 espécies herbáceas (75%) e uma trepadeira (2,77%). A lista completa se encontra na Tabela 4.



Tabela 4 - Espécies florísticas

Família	Espécie	Nome popular	Porte
Apocynaceae	<i>Mandevilla tenuifolia</i> (J.C.Mikan) Woodson		H
Asteraceae	<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC.	macela	H
Asteraceae	<i>Eremanthus elaeagnus</i> (Mart. ex DC.) Sch.Bip.	candeia	A
Asteraceae	<i>Symphyopappus</i> sp.		B
Cactaceae	<i>Arthrocereus</i> sp.	cacto	H
Cactaceae	<i>Pilosocereus</i> sp.	cacto	H

Família	Espécie	Nome popular	Porte
Calophyllaceae	<i>Kielmeyera rubriflora</i> Cambess.	flor-de-santa-rita	B
Commelinaceae	<i>Commelina erecta</i> L.	trapoeraba	H
Cyperaceae	<i>Bulbostylis paradoxa</i> (Spreng.) Lindm.	cabeça-de-nego	H
Cyperaceae	<i>Rhynchospora</i> sp.	capim-estrela	H
Eriocaulaceae	<i>Actinocephalus bongardii</i> (A.St.-Hil.) Sano	sempre-viva	H
Eriocaulaceae	<i>Paepalanthus erectifolius</i> Silveira	sempre-viva	H
Fabaceae	<i>Chamaecrista</i> sp.		H
Iridaceae	<i>Neomarica</i> sp.		H
Lythraceae	<i>Cuphea</i> sp.		H
Lythraceae	<i>Diplusodon</i> sp.		H
Malpighiaceae	<i>Byrsonima verbascifolia</i> (L.) DC.	murici-do-cerrado	A
Malpighiaceae	<i>Peixotoa tomentosa</i> A.Juss.	braço-forte	T
Malvaceae	<i>Sida glaziovii</i> K.Schum.	guanxuma	H
Malvaceae	<i>Waltheria indica</i> L.	malva-branca	H
Melastomataceae	<i>Cambessedesia hilariana</i> (Kunth) DC.		H
Melastomataceae	<i>Lavoisiera</i> sp.		H
Melastomataceae	<i>Microlicia</i> sp.		H



Melastomataceae	<i>Tibouchina frigidula</i> (DC.) Cogn.		B
Melastomataceae	<i>Tibouchina heteromalla</i> (D. Don) Cogn.	orelha-de-onça	B
Phyllanthaceae	<i>Phyllanthus rosellus</i> (Müll. Arg.) Müll. Arg.	quebra-pedra	H
Poaceae	<i>Andropogon bicornis</i> L.	capim-rabo-de-burro	H
Poaceae	<i>Andropogon leucostachyus</i> Kunth	capim-barba-de-bode	H
Poaceae	<i>Loudetiopsis chrysothrix</i> (Nees) Conert	brinco-de-princesa	H
Poaceae	<i>Melinis minutiflora</i> P. Beauv.	capim-meloso	H
Pteridaceae	<i>Doryopteris</i> sp.		H
Rubiaceae	<i>Palicourea rigida</i> Kunth	bate-caixa	H
Velloziaceae	<i>Vellozia</i> sp.	canela-de-ema	B
Verbenaceae	<i>Lippia</i> sp.		H
Vochysiaceae	<i>Vochysia thyrsoidea</i> Pohl	gomeira	A
Xyridaceae	<i>Xyris</i> sp.		H
Solanaceae	<i>Solanum lycocarpum</i> A. St.-Hil.	lobeira	A
Urticaceae	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	embaúba-vermelha	A
Velloziaceae	<i>Vellozia compacta</i> Mart. ex Schult. & Schult. f.	canela-de-ema	B
Velloziaceae	<i>Vellozia</i> sp.	canela-de-ema	B
Verbenaceae	<i>Lippia</i> sp.		H
Vochysiaceae	<i>Qualea parviflora</i> Mart.	pau-terra	A
Vochysiaceae	<i>Vochysia thyrsoidea</i> Pohl		A
Xyridaceae	<i>Xyris</i> sp.		H

Fauna

Para levantamento e identificação das espécies da fauna local foi realizado caminharmento tanto na área de estudo quanto em seu entorno, de forma a possibilitar a observação direta e indireta – esta através de vestígios como pegadas, rastros, ninhos e fezes. Foram adicionadas ainda informações de estudos e trabalhos relativos a locais próximos a área de estudo. Não foram identificadas espécies ameaçadas de extinção.

Cabe destacar que os relatos de animais de médio e grande porte dizem respeito a animais em trânsito pela área, fato que pode ser deduzido pela proximidade com o Parque Nacional da Serra da Canastra e ao fato de que tais animais possuem uma atividade que abrange uma extensa área.

Considerando se tratar de uma área já antropizada, isto é, o empreendimento já se encontra instalado há anos no local, e que não haverá supressão de vegetação – e por conseguinte nenhuma interferência direta sobre a fauna em decorrência disso, foi realizada somente uma campanha de fauna.

As tabelas a seguir apresentam informações taxonômicas das espécies registradas na área, sendo a grande maioria por meio de dados secundários, algumas por entrevistas e outras por meio de visualização.



Tabela 5 - Espécies de invertebrados

Ordem	Nome Científico / Família*	Nome Comum	Registro
Coleoptera	Gyrinidae*	besouro aquático	Dados Secundários
Coleoptera	Curculionidae*	besouro	Dados Secundários
Coleoptera	Carabidae*	besouro predador	Dados Secundários
Coleoptera	Dytiscidae*	besouro aquático	Dados Secundários
Diptera	<i>Culex SP</i>	mosquito	Dados Secundários
Diptera	Simuliidae*	mosquito borrachudo	Dados Secundários
Diptera	Tabanidae*	mutuca	Dados Secundários
Hemiptera	<i>Blissus leucopterus</i>	percevejo das gramíneas	Dados Secundários
Hemiptera	<i>Deois SP</i>	cigarrinha	Dados Secundários
Hymenoptera	<i>Acromyrmex sp</i>	formiga quenquém	Dados Secundários
Hymenoptera	<i>Apanteles sp</i>	marimbondo	Dados Secundários
Hymenoptera	<i>Apis SP</i>	abelha comum	Dados Secundários
Hymenoptera	<i>Atta capiguara</i>	saúva parda	Dados Secundários
Hymenoptera	<i>Polistes SP</i>	vespa	Dados Secundários
Hymenoptera	<i>Trigona apinipes</i>	abelha irapuá	Dados Secundários
Isoptera	<i>Cornitermes sp</i>	cupim de montículo	Dados Secundários
Isoptera	<i>Nasutitermes sp</i>	cupim de ninho arborícola	Dados Secundários
Isoptera	<i>Syntermes sp</i>	cupim	Dados Secundários
Lepidoptera	<i>Osiphanes sp</i>	borboleta	Dados Secundários
Orthoptera	<i>Acridium sp</i>	gafanhoto	Dados Secundários
Orthoptera	<i>Grillus sp</i>	grilo	Dados Secundários

Tabela 6 - Espécies de anfíbios

Família	Nome Científico	Nome Comum	Registro
Bufonidae	<i>Bufo paracnemis</i>	sapo	Dados Secundários
Hylidae	<i>Hyla albapunctata</i>	perereca	Dados Secundários
Leptodactylidae	<i>Pseudopaludicola falcipes</i>	rã	Dados Secundários

Tabela 7 - Espécies de répteis

Família	Nome Científico	Nome Comum	Registro
Colubridae	<i>Smophis sp</i>	falsa coral	Dados Secundários
Crotalidae	<i>Bothrops sp</i>	cobra jararaca	Dados Secundários
Elapidae	<i>Micrurus sp</i>	coral verdadeira	Dados Secundários
Teeidae	<i>Ameiva ameiva</i>	calango-verde	Dados Secundários

Tabela 8 - Espécies de mamíferos

Família	Nome Científico	Nome Comum	Registro
Canidae	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	lobo-guará	Entrevista
Cebidae	<i>Callithrix penicillata</i>	sagui	Entrevista
Dasyopodidae	<i>Dasyus novemcintus</i>	tatu-galinha	Entrevista
Didelphidae	<i>Marmosa incana</i>	cuica	Dados Secundários
Phyllostomidae	<i>Desmodus rotundus</i>	morcego	Dados Secundários
Procyonidae	<i>Nasua nasua</i>	quati	Entrevista



Tabela 9 - Espécies de aves

Familia	Nome Científico	Nome Comum	Registro
Accipitridae	<i>Milvago chimachima</i>	gavião pinhé	Dados Secundários
Accipitridae	<i>Polyborus plancus</i>	carcará	Visualização
Caprimulgidae	<i>Hydropsalis albicollis</i>	curiango	Visualização
Cariamidae	<i>Cariama cristata</i>	seriema	Visualização
Cathartidae	<i>Coragyps atratus</i>	urubu-de-cabeça-preta	Visualização
Charadriidae	<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	Dados Secundários
Columbidae	<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha caldo-de-feijão	Dados Secundários
Fringilidae	<i>Sicalis luteola</i>	canário-salsa	Dados Secundários
Fringilidae	<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico-comum	Dados Secundários
Hirundinidae	<i>Neochelidon tibialis</i>	andorinha	Dados Secundários
Icteridae	<i>Gnorimopsar chopi</i>	pássaro-preto	Dados Secundários
Picidae	<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	Dados Secundários
Psittacidae	<i>Aratinga leucophthalmus</i>	maritaca	Visualização
Ramphastidae	<i>Ramphastos toco</i>	tucano	Visualização
Strigidae	<i>Otus choliba</i>	corujinha-do-mato	Dados Secundários
Tinamidae	<i>Nothura maculosa</i>	codorna	Dados Secundários
Tinamidae	<i>Rhynchotus rufescens</i>	perdiz	Dados Secundários
Troglodytidae	<i>Troglodytes aedon</i>	garrinchinha	Dados Secundários
Turdidae	<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranqueiro	Dados Secundários
Tyranidae	<i>Knipolegus lophotes</i>	Maria-preta-de-penacho	Visualização
Tyranidae	<i>Tyrannus savanna</i>	tesourinha	Dados Secundários

Considerando que a atividade minerária ocorre na região há mais de 30 anos, sua continuidade não acarretará na redução da riqueza florística e dos grupos faunísticos locais, ainda mais se considerando a existência de áreas em melhor *status* de conservação no entorno, como o Parque Nacional da Serra da Canastra, que apresenta uma flora mais exuberante e preservada, oferecendo aos grupos faunísticos melhores condições de sobrevivência.

Estudos técnicos de alternativa locacional

Em virtude da rigidez locacional dos depósitos minerais, os quais ocorrem onde a natureza os formou, bem como os estudos técnicos apresentados, presume-se a inexistência de alternativa locacional para o avanço da mineração.

4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

O empreendimento não realiza intervenção em recursos hídricos. A água destinada ao consumo humano é trazida pelos próprios funcionários de suas residências em galões de 5 litros. A água utilizada nos sanitários e cozinha é trazida da cidade de Alpinópolis pelo empreendedor em tambores de 200 litros.

5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não haverá intervenção ambiental nesta fase do licenciamento, pois não está previsto ampliação da área de lavra.



6. Reserva Legal

A propriedade rural possui uma área de reserva legal já averbada em cartório com 0,9697 ha que apresenta as mesmas condições fitofisionômicas da área de estudo. Foi apresentado o recibo de inscrição do imóvel rural no CAR, cujo imóvel possui área total de 4,8440 ha.

7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Impactos Ambientais Identificados

Processos erosivos

O impacto decorrente da remoção da camada de solo reduz a permeabilidade do terreno e consequentemente pode levar ao aumento do escoamento superficial das águas pluviais e a possível instalação de processos erosivos.

Geração de efluentes industriais

Os efluentes líquidos industriais são gerados na ocasião do abastecimento do maquinário.

Geração de efluentes sanitários

O empreendimento possui atualmente 6 funcionários e após a ampliação este número passará para 29 funcionários. São gerados efluentes fundamentalmente nos sanitários, e em menor escala na cozinha, uma vez que não há preparo de alimentos no local, apenas aquecimento das marmitas trazidas da cidade.

Impacto visual / alteração da paisagem

O principal impacto gerado pela atividade está relacionado com a descaracterização da paisagem local. A alteração topográfica é a principal responsável pela alteração paisagística. Esta alteração é de alta magnitude, gerando um elevado impacto visual.

Geração de rejeito de quartzito

A disposição inadequada desses resíduos pode ocasionar problemas de instabilidade e erosão dos taludes e, conseqüentemente, assoreamento das drenagens.

Emissão atmosférica e ruídos

O material particulado em suspensão, quando em quantidades excessivas no ar, pode causar danos à saúde animal, à flora e às populações humanas. O ruído das detonações, movimento de máquinas e equipamentos podem causar o afugentamento da fauna e desconforto acústico aos trabalhadores.



Geração de resíduos sólidos

A geração de resíduos sólidos na empresa é proveniente das manutenções feitas nos equipamentos bem como restos de embalagens diversas, sucatas e resíduos com óleos e graxas; e provenientes da cozinha, como as embalagens, orgânicos, vidros, entre outros.

Medidas Mitigadoras

Processos erosivos

Para minimizar os possíveis problemas que podem vir a ser causados por águas pluviais e evitar o desenvolvimento de processos erosivos e o carreamento de sólidos e fragmentos de solo, será expandido o sistema de drenagem pluvial existente, incluindo a construção de bacias de contenção de sólidos.

Geração de efluentes industriais

Para impedir a contaminação do solo e do lençol subterrâneo o piso do pátio de abastecimento de máquinas e equipamentos foi impermeabilizado, tendo canaletas em suas laterais que direcionam o efluente para caixa receptora de óleos e graxas, o qual será coletado por empresa especializada assim que gerar volume significativo.

Considerando que toda a manutenção dos equipamentos da empresa é realizada na cidade de Alpinópolis, e que este pátio é destinado somente ao abastecimento e pequenos reparos, a geração de efluentes líquidos é muito pequena. O óleo queimado é acondicionado em tambores de plástico de 200 litros e destinado para empresas de re-refino.

Geração de efluentes sanitários

A fim de se evitar a contaminação dos corpos hídricos e do solo pelo esgoto sanitário, o empreendimento possui o sistema de tratamento de efluentes composto de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro nos sanitários e na cozinha.

Impacto visual

A fim de minimizar esse impacto será implantada uma cortina arbórea. Essa cortina contribuirá não apenas para minimizar o impacto visual como também como barreira física para a contenção de material particulado e diminuição da propagação de ruídos.

Para a cortina arbórea serão utilizadas preferencialmente espécies nativas atrativas para a fauna. Dentre as vantagens de se utilizar espécies nativas citam-se: a contribuição para a conservação da biodiversidade regional, protegendo ou expandindo as fontes naturais de diversidade genética da flora e da fauna a ela associada, podendo também representar vantagens técnicas e econômicas devido à proximidade da fonte de propágulos, facilidade de aclimação e perpetuação das espécies.

Concomitantemente com a extração mineral será executada a recuperação das áreas exauridas por meio de revegetação e recomposição topográfica.



Geração de rejeito de quartzito

Embora este impacto seja observado somente após a operação de lavra, foi descrito nos estudos que estes serão destinados às pilhas, que deverão ser construídas de modo que os blocos maiores fiquem na base e os menores sobre estes, de forma a reduzir ao máximo os espaços vazios. Por fim, o talude deverá ser recoberto com o capeamento estéril e material terroso disponível.

No pé da pilha será construído um muro de contenção com blocos refugados no intuito de conter material que porventura role pelo talude. Para evitar problemas de instabilidade, os taludes terão inclinações de 45° (1V:1H). A drenagem dos pátios será feita de modo a impedir a percolação de água na forma de enxurrada por entre os blocos dos taludes.

Emissão atmosférica e ruídos

Para minimizar a emissão de particulados atmosféricos gerados no processo de cominuição da rocha há aspersores instalados junto ao sistema. Para minimizar a emissão de materiais particulados (poeira) nas vias de acesso, causado pelo trânsito de máquinas e caminhões, será utilizado um sistema de aspersão para umectação das vias.

Geração de resíduos sólidos

O lixo doméstico será selecionado e classificado de acordo com suas condições de reciclagem e degradação. Os degradáveis são acondicionados em tambores de plástico de 200 litros e levados para o aterro sanitário do município. Os não degradáveis são encaminhados para empresas de reciclagem. O lixo industrial, composto por embalagens plásticas, de papel, panos, estopas e borrachas, será encaminhado para empresas especializadas. As sucatas de ferro serão vendidas para ferro velho.

8. Programas e/ou Projetos

8.1 Programa de Educação Ambiental

Será desenvolvido um programa de conscientização ambiental junto à escola pública municipal de São José da Barra envolvendo distribuição de cartilhas e promoção de palestras e visitas à área da mineração.

8.2 Plano Ambiental de Fechamento de Mina – PAFEM

Foi apresentado formulário denominado PAFEM onde se informa previsão de fechamento da mina para 2047. Segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 127/2008, o PAFEM propriamente dito deverá ser protocolizado com antecedência mínima de dois anos do fechamento da mina.

8.3 Plano para Uso Futuro

Considerando certas características do solo local, como baixa fertilidade, arenoso, raso, alto grau de rochividade e suscetibilidade à erosão, a área não é indicada para uso agrícola, nem mesmo à silvicultura. Desta forma, os terrenos impactados, após sua recuperação, serão destinados à preservação da flora e da fauna.



9. Controle Processual

Trata-se de processo de Licença Prévia concomitante com licença de Instalação – “Ampliação”, para a atividade de “Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento – Estradas para transporte de minério/estéreo e Pilha de estéril/rejeito), o qual foi formalizado e instruído com a documentação exigida.

O Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008 que estabelece normas para licenciamento ambiental, nos incisos I e II estabelece o que se aprova num processo de LP e LI, bem como prevê no parágrafo primeiro a possibilidade de concessão concomitante das licenças:

“Art. 9º O COPAM, no exercício de sua competência de controle, poderá expedir as seguintes licenças:

I - Licença Prévia - LP: concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso e ocupação do solo;

II - Licença de Instalação - LI: autoriza a instalação de empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; e

§ 1º Poderão ser concedidas concomitantemente as licenças prévia e de instalação, na forma que dispuser o COPAM, por meio de Deliberação Normativa. ”

Realizada consulta no Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, foi gerada a CERTIDÃO Nº 0863639/2016, com a qual verifica-se a inexistência de débito de natureza ambiental e, portanto, o processo está apto para deliberação da URC.

O empreendimento comprova seu enquadramento como microempresa (fls. 13) e por essa razão está isento do pagamento dos custos de análise, conforme artigo 6º da Deliberação Normativa nº74/04, reproduzido abaixo:

“Art. 6º - Isentam-se do ônus da indenização dos custos de análise de licenciamento e de autorização de funcionamento as micro-empresas, as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, e as unidades produtivas em regime de agricultura familiar, assim definidas, respectivamente, em lei estadual e federal, mediante apresentação de documento comprobatório atualizado emitido pelo órgão competente. ”

De igual maneira, a Resolução Conjunta Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 2.125, de 28 de Julho de 2014 isenta de custos o empreendimento:

Art. 11 - Ficam isentos dos custos para análise dos processos de licenciamento ambiental e de AAF :

I - as atividades ou empreendimentos que comprovarem a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN na propriedade objeto do licenciamento ou da AAF, em percentual superior a 20% (vinte por cento) da área total, podendo incluir a área de reserva legal neste percentual;

II - as microempresas e microempreendedores individuais (MEI);



III - o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, bem como as unidades produtivas em regime de agricultura familiar definidas em lei;

IV - as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, mediante apresentação de documento comprobatório atualizado, emitido pelo órgão competente.

Foi juntada ao processo a publicação em periódico local o requerimento da Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação Corretiva (LP+LI), conforme determina a Deliberação Normativa COPAM nº. 13/95 (fl. 12). A publicação apresentada frisou a apresentação de EIA e RIMA.

Ultrapassado o prazo de 45 (quarenta e cinco dias) não foi observado o protocolo de pedido de realização de audiência pública para o empreendimento.

O local de funcionamento do empreendimento e o tipo de atividade desenvolvida estão em conformidade com as leis e regulamentos municipais, segundo Declaração emitida pela Prefeitura Municipal (fl. 09).

O empreendimento possui processo DNPM nº. 830.230/2001, que se encontra aguardando a emissão a Licença de Instalação para a emissão da Portaria de Lavra, conforme ofício nº. 2998/2014/DGTM/SUPRIN/DNPM/MG (fl. 15).

O empreendimento está localizado em área rural, sendo propriedade detentora de reserva legal e inscrição no SICAR.

Conforme item 4, não há utilização dos recursos hídricos.

No que se refere à compensação ambiental, o Decreto Estadual 45.629 de 06 de julho de 2011, altera o Decreto Estadual nº. 45.175, de 17 de setembro de 2009, que estabelece metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental a empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, assim estabelecendo:

“Art. 10. Os impactos ambientais de empreendimentos sujeitos à compensação ambiental na fase de revalidação da licença de operação, em processo de licenciamento ou já licenciados e com processos de compensação ambiental em análise serão identificados nos estudos ambientais solicitados pelo órgão ambiental, inclusive e, se for o caso, no EIA/RIMA. ”

Assim, como o empreendimento é causador de significativo impacto ambiental, para o seu cumprimento, deverá ser inserida a condicionante de protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº. 9.985/00, Decreto estadual nº. 45.175/09 e Decreto estadual nº. 45.629/11.

Conforme Deliberação Normativa nº. 17, de 17 de dezembro de 1996, a validade da Licença deverá ser de 06 (seis) anos.

DE ACORDO COM PREVISÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº. 44.844/2008, EM SEU ANEXO I, CÓDIGO 124, CONFIGURA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA GRAVÍSSIMA DEIXAR DE COMUNICAR A



OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM DANOS AMBIENTAIS ÀS AUTORIDADES AMBIENTAIS COMPETENTES. NÚCLEO DE EMERGENCIA AMBIENTAL – NEA - CONTATO NEA: (31) 9822.3947.

10. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP + LI) “ampliação”, para o empreendimento **Francisco Xavier Vilela de Faria – ME** para a atividade de lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento, no município de São José da Barra, MG, pelo prazo de 06 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do Copam Sul de Minas.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Sul de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

11. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP + LI) “ampliação” do empreendimento Francisco Xavier Vilela de Faria – ME.

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP + LI) “ampliação” do empreendimento Francisco Xavier Vilela de Faria – ME

Anexo III. Relatório Fotográfico do empreendimento Francisco Xavier Vilela de Faria – ME.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP + LI) “ampliação” do empreendimento Francisco Xavier Vilela de Faria – ME

Empreendedor: Francisco Xavier Vilela de Faria – ME

Empreendimento: Francisco Xavier Vilela de Faria – ME

CNPJ: 00.836.889/0001-41

Município: São José da Barra

Atividade: Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento

Códigos DN 74/04: A-02-06-2

Processo: 00445/2001/008/2015

Validade: 06 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Comprovar por meio de relatórios técnico-fotográficos a execução de obras de expansão do sistema de drenagem pluvial existente, incluindo a construção de bacias de contenção de sólidos.	Na formalização da LO
02	Comprovar por meio de relatórios técnico-fotográficos a construção de muro ao longo da base das pilhas de rejeitos.	Na formalização da LO
03	Comprovar por meio de relatórios técnico-fotográficos a execução do programa de educação ambiental.	Semestralmente durante a vigência da LP+LI
04	Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 90 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF N°. 55, de 23 de abril de 2012.	90 dias contados a partir do recebimento da licença
05	Executar programa de automonitoramento conforme definido no Anexo II	Durante a vigência da LP+LI

*Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP + LI) “ampliação” do empreendimento Francisco Xavier Vilela de Faria – ME

Empreendedor: Francisco Xavier Vilela de Faria – ME
Empreendimento: Francisco Xavier Vilela de Faria – ME
CNPJ: 00.836.889/0001-41
Município: São José da Barra
Atividade: Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento
Códigos DN 74/04: A-02-06-2
Processo: 00445/2001/008/2015
Validade: 06 anos

1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar **Semestralmente** a Supram-SM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-SM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.



Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Relatório Fotográfico do empreendimento Francisco Xavier Vilela de Faria – ME

Empreendedor: Francisco Xavier Vilela de Faria – ME

Empreendimento: Francisco Xavier Vilela de Faria – ME

CNPJ: 00.836.889/0001-41

Município: São José da Barra

Atividade: Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento

Códigos DN 74/04: A-02-06-2

Processo: 00445/2001/008/2015

Validade: 06 anos



Figura 1 – Frente de lavra



Figura 2 - Britadores



Figura 3 - Britador



Figura 4 – Frente de lavra

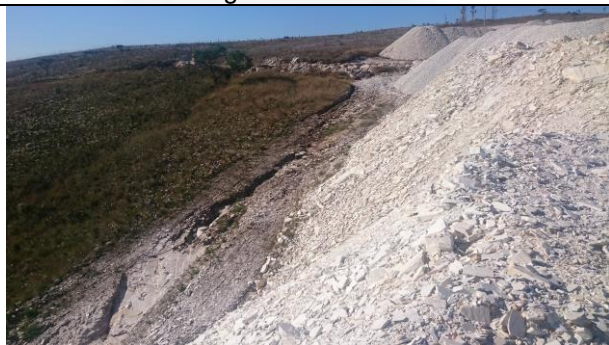


Figura 5 – Pilha de rejeitos e entorno



Figura 6 – Edificação com escritório, vestiário e refeitório